

Cuiabá, 15 de julho de 1985

Companheiros!

Em fevereiro passado comunicamo-nos - através de circular - com as pessoas que participaram do último Encontro de Educação Indígena, com vistas ao encaminhamento do próximo Encontro. Queremos, neste momento, dar mais um passo neste sentido.

Esta carta vai dirigida a mais pessoas, que estão sendo convidadas para o Encontro, a partir de sugestões feitas pelos companheiros.

Antes de mais nada, queremos informar novamente sobre o local, a data e o tema proposto:

local: Fátima de São Lourenço - MT (próximo de Rondonópolis)

data: 16 à noite até 22 à noite, de janeiro de 1986

tema: "A educação indígena dentro da problemática mais geral do contato".

Para lembrar alguns pontos de referência, que ficaram no último Encontro, aí vão, no Anexo I: as "recomendações gerais", as "decisões finais", a "avaliação", e o "planejamento do próximo Encontro" (cf. Relatório do II Encontro de Educação Indígena, pp 64-67).

Chamamos especialmente atenção para o item "d", das recomendações gerais: "Preparar, com alguma antecedência, os relatórios das diversas experiências para que os participantes cheguem ao próximo Encontro com este material já analisado, abrindo espaço, dessa forma, para o avanço das discussões". O atendimento desta recomendação é muito importante para o encaminhamento prático do Encontro. Neste sentido, pedimos que as pessoas que vão participar do mesmo, enviem seus relatórios até meados de novembro, para que os mesmos possam ser multiplicados e renetidos, em tempo, a todos. O endereço de referência é: C.P. 615 / 78000 CUIABÁ MT (Arlindo).

Queremos informar, também, que entramos em contato com os assessores propostos pelos participantes do último En -

contro, e todos confirmaram sua presença no Encontro de 86:

| | |
|-------------------------------|------------------------------------|
| Carlos Alberto Ricardo (Beto) | - assessoria Antropológica |
| Carlos Rodrigues Brandão | - assessoria Pedagógica |
| Ruth Monserrat | - assessoria Linguística |
| Darci Secchi | - assessoria Linguística |
| Vera Masagão | - assessoria Didática (Português) |
| Helena Maeirelles | - assessoria Didática (Matemática) |

Nota: Brandão está com uma viagem para a Itália, prevista para janeiro de 86, mas sem data de retorno definida ainda; caso não possa chegar em tempo, comprometeu-se em conseguir outra pessoa para a assessoria pedagógica.

Algumas pessoas já confirmaram sua participação no próximo Encontro. Pelos dados que temos até o momento, estarão presentes pessoas que atuam junto aos seguintes grupos indígenas: Kuli-na, Canamari, Tapirapé, Mýky, Guarani Kaiowá, Ticuna, Rikbaktsa, Yanomani, Galibi, Karipuna, Avá Chiripá (Paraguai).

Pedimos a todos que confirmem sua participação, até meados de novembro.

Uma das decisões finais do Encontro de 1984 foi movimentar a questão da oficialização de escolas indígenas. Algumas coisas foram feitas quanto a isto. No Anexo 2, vai um informe especial sobre o assunto.

É isto que tínhamos a comunicar no momento, aos companheiros. Desejamos a todos um bom trabalho. Aqui ficamos, aguardando os relatórios e confirmações de participação no próximo Encontro.

Um abraço a todos!

ANEXO 1 (*)

3 - RECOMENDAÇÕES GERAIS

A partir da discussão das diversas questões abordadas durante o Encontro, levantamos algumas recomendações às quais os participantes deveriam estar especialmente atentos até o próximo Encontro.

- a) Promover ou apoiar encontros regionais de monitores indígenas para que eles, a partir de suas experiências e necessidades específicas, possam definir seu papel na questão da Educação Indígena.
- b) Incrementar o registro das diversas experiências de escolarização, visando o esboço de planos curriculares que possam servir de base a novas experiências e à reflexão do que poderia vir a ser um currículo específico para escolas indígenas.
- c) Aprofundar e sistematizar o estudo da língua indígena, para que a opção entre alfabetização na língua materna ou em português esteja realmente vinculada às necessidades do grupo, mais do que às dificuldades do agente em trabalhar com a língua indígena.
- d) Preparar, com alguma antecedência, os relatórios das diversas experiências, para que os participantes cheguem ao próximo Encontro com este material já analisado, abrindo espaço, dessa forma, para o avanço das discussões.

4 - DECISÕES FINAIS

- a) Encaminhar a uma série de entidades que atuam na área indigenista e educacional uma carta denunciando a publicação do texto "Coisas de Índio" no livro didático "Experiências em Comunicação e Expressão", 4ª série do primeiro grau, de Maria Ângela Tinoco Rios, editado pela Fundação Nacional de Material Escolar - Ministério da Educação e Cultura (a cargo do Arlindo).
- b) Encaminhar ao CIMI o pedido de formação de uma comissão de estudos para analisar a problemática da oficialização da escola indígena (a cargo do Darci).

(*) Estes itens (3, 4, 5 e 6) foram tirados do Relatório do II Encontro de Educação Indígena, pp 64-67

Dia 20:

participantes: Nice, Beth, Darci, Nadir e Arlindo

Assessoria: Dineiva e Ademir (SEC - Cuiabá)

Perspectivas:

- no contexto do Estado de Mato Grosso, lutar pela oficialização em cada caso particular;
 - o caso mais concreto e urgente é o da escola Tapirapé (cf. Relatório do II Encontro de Educação Indígena, pp 28-32), e com relação ao mesmo deve ser feito um estudo aprofundado para encaminhar a oficialização;
 - liberar uma pessoa, no MT, para acompanhar todo o processo educacional e escolar relacionado aos grupos indígenas do Estado (levantou-se, como hipótese, o nome do Darci).
 - no "plano de educação" do Estado de Mato Grosso existe uma significativa referência a escolas indígenas e suas especificidades, que pode ser usada como ponto de apoio para encaminhamento de oficialização.
5. Na Assembléia Regional do CIMI - MT (Araguaiana, 22-26/06/85) a questão foi novamente discutida. Foram considerados alguns aspectos fundamentais quanto à escola indígena oficial: a) O respeito e valorização dos traços culturais básicos e do processo metodológico do sistema educacional específico do grupo; b) preocupação de uma escola conscientizadora para a comunidade indígena enfrentar a sociedade envolvente; c) Formação de professores indígenas.
6. Imediatamente após a Assembléia Nacional do CIMI (Goiânia, 03/07/85). houve uma reunião sobre o tema, contando com a assessoria jurídica do Paulinho (CIMI Nacional) e Felisberto (CIMI Norte I). Nesta ocasião, a análise baseou-se sobretudo num confronto da questão com o Estatuto do Índio.
- Em concreto, Nice ficou de apresentar, até setembro próximo, uma proposta para oficialização da escola Tapirapé, que será avaliada juridicamente pelo Paulinho e Felisberto. A partir disto, ficou proposta, para outubro, uma reunião mais ampla, para definir o encaminhamento a ser dado ao caso.

5 - AVALIAÇÃO

a) Faltou, na organização do Encontro, uma maior definição dos papéis de coordenador e redator, o que ocasionou alguma dispersão no encaminhamento dos trabalhos.

b) Sentiu-se a falta de uma assessoria Sociológica e Antropológica que pudesse dar maior diretividade às discussões de temas mais gerais.

c) Os relatos de experiência foram muito extensos.

d) Alguns plenários poderiam ter cedido o espaço ao atendimento individual por parte das assessorias linguística e metodológica.

6 - PLANEJAMENTO DO PRÓXIMO ENCONTRO

a) Sugeriu-se que o próximo Encontro fosse realizado antes da Assembléia da OPAN. Aqueles que este ano participaram dos dois eventos, seguidos um do outro, opinaram que o cansaço interferiu no andamento do Encontro.

b) Apontar-se como tema a ser priorizado para o próximo Encontro " A educação indígena dentro da problemática mais geral do contato".

c) Verificou-se a necessidade de, na organização do Encontro, prever um tempo destinado às questões concretas de cada experiência, espaço este onde poderia haver uma maior atuação da assessoria nas áreas de alfabetização, matemática e linguística.

d) Sugeriu-se que o material produzido pelos prováveis encontros de monitores indígenas seja usado no próximo Encontro, que poderia contar inclusive com a participação de um índio ou monitor indígena para ajudar nas discussões.

OFICIALIZAÇÃO DE ESCOLAS INDÍGENAS

1. Esta questão foi levantada no II Encontro de Educação Indígena (cf. Relatório, pp 8 - 9), quando se discutia o interesse que vai surgindo, da parte de muitos índios, de continuarem seus estudos escolares na rede oficial de ensino, depois de terem acompanhado o processo escolar na aldeia. Para prosseguirem seus estudos desta forma, precisam estar "credenciados" oficialmente.
2. A partir daí, decidiu-se "Encaminhar ao CIMI o pedido de formação de uma comissão de estudos para analisar a problemática da oficialização da escola indígena (a cargo do Darci)." (cf. Relatório, p 60).
3. Em carta de 08/03/84, Darci apresentou ao Secretariado do CIMI uma "proposta de criação de uma equipe assessora para assuntos educacionais", que foi apreciada na reunião do Conselho do CIMI, em Goiânia, em 04/06/84. Cópia desta proposta foi enviada a todos os participantes do Encontro de Educação Indígena 84.
O Conselho do CIMI decidiu pelo encaminhamento desta proposta a um grupo de estudos com assessoria especializada.
4. Nos dias 18, 19 e 20 de junho, reuniram-se em Cuiabá algumas pessoas para estudar o assunto, contando com a presença de alguns assessores. Segue Síntese das reuniões:

dias 18 - 19:

participantes: Nice, Beth, Vanda, Nadir, Arlindo e Darci;
 assessoria: Ana Sueli (Pró-Memória - Brasília),
 Djanira (AEC - Brasília),
 Dineiva (SEC - Cuiabá)

Perspectivas:

- quanto ao currículo para escola indígena, propôr algo inteiramente original, segundo a cultura e interesses dos próprios índios, e não simplesmente adaptar às exigências oficiais;
- articular muito bem tal proposta: documentar, fundamentar antropologicamente e legalmente, etc.;
- que os índios participem ativamente deste processo;
- lutar insistentemente para que a proposta seja aprovada;
- mapear e mobilizar todas as forças possíveis para esta luta;
- o reconhecimento oficial diz respeito: à própria escola, à formação dos professores índios, e ao currículo.